



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 186/12
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2012**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE
ROTAS CICLOVIÁRIAS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, COM FORNECIMENTO DE
MATERIAIS**

O Município de Belo Horizonte – MG, com recursos do Fundo de Transporte Urbano – FTU, através da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n.º 056/2011 de 27 de dezembro de 2011, torna público, para conhecimento dos interessados, estar realizando licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, Decreto Municipal nº 13.791, de 02 de dezembro de 2009, demais legislações complementares vigentes e, ainda, as condições do presente Edital e seus Anexos.

O aviso sobre o presente Edital será publicado no DOM – Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no DOE – Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em jornal de grande circulação no Município de Belo Horizonte e disponibilizado na Internet, no site da BHTRANS.

Os resultados dos julgamentos (habilitação e classificação), os recursos e impugnações, se houver, serão publicados unicamente no DOM – Diário Oficial do Município de Belo Horizonte e disponibilizados na Internet, nos seguintes sites:

BHTRANS	➔	site:	www.bhtrans.pbh.gov.br
DOM	➔	site:	www.pbh.gov.br/dom

Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I	–	PROJETO BÁSICO
ANEXO II	–	DETALHE SEGREGADOR CICLOVIA
ANEXO III	–	DETALHE REBAIXO TIPO 1
ANEXO IV	–	DETALHE REBAIXO TIPO 2
ANEXO V	–	MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO
ANEXO VI	–	DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE
ANEXO VII	–	ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA
ANEXO VIII	–	MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR
ANEXO IX	–	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP
ANEXO X	–	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
ANEXO XI	–	PLANILHA DE PREÇOS ESTIMADOS
ANEXO XII	–	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO XIII	–	NORMAS BÁSICAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA EMPRESAS CONTRATADAS
ANEXO XIV	–	MINUTA DE CONTRATO

**CAPÍTULO 1
OBJETO E VISITA TÉCNICA**

1.1 – OBJETO

1.1.1 – Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para implantação e manutenção de rotas cicloviárias no Município de Belo Horizonte, com fornecimento de materiais.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

1.1.2 – O serviço será prestado sob o regime de empreitada por preço unitário e pagamento por medição mensal.

1.1.3 – As especificações técnicas e detalhamentos encontram-se devidamente explicitados no Projeto Básico – Anexo I, Detalhe Segregador Ciclovia – Anexo II, Detalhe Rebaixo Tipo 1 – Anexo III, Detalhe Rebaixo Tipo 2 – Anexo IV, Planilha de Preços Estimados – Anexo XI, Normas Básicas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para Empresas Contratadas – Anexo XIII e na Minuta de Contrato – Anexo XIV.

1.2 – VISITA TÉCNICA

1.2.1 – As empresas interessadas em participar da licitação poderão efetuar, caso queiram, visita técnica para conhecimento das condições específicas do sistema viário da cidade e dos tipos de projetos para execução, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

1.2.2 – Para realizar a visita, a empresa interessada deverá entrar em contato com a Gerência de Sinalização – GESIN da BHTRANS e agendá-la com os funcionários Terezinha ou Mauro Luiz, através do telefone (31) 3379-5755, conforme datas previstas no subitem seguinte.

1.2.3 – A visita será agendada para um dos seguintes dias: 06/06/2012 ou 20/06/2012.

1.2.4 – Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações constantes neste Edital e seus Anexos e das condições locais pertinentes à execução do objeto não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do Contrato.

CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, legalmente constituídas, que operem no ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.2.1 – A participação nesta licitação estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) Com falência decretada;
- b) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) Em suspensão temporária e impedidas de contratar com a Administração Municipal e/ou suas Unidades descentralizadas ou vinculadas;
- d) em funcionamento sob regime de consórcio.

2.2.1.1 – A observância das vedações do subitem 2.2.1 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES

2.3.1 – Os Documentos para Habilitação – **Envelope Nº 01** e a Proposta Comercial – **Envelope nº 02** deverão ser apresentados ao Protocolo da CPL – Comissão Permanente de Licitação da **BHTRANS**, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, **até às 9h45 do dia 21/06/2012**, em envelopes separados, fechados, rubricados e identificados na forma a seguir:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**ENVELOPE N.º 01
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2012
Documentos para Habilitação**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Data da sessão de abertura: **21/06/2012**

Horário de início dos procedimentos: **10 horas**

Local: Sala de Licitações da BHTRANS
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio I, Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante
CNPJ**

**ENVELOPE N.º 02
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2012
Proposta Comercial**

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Data da sessão de abertura: a ser definida pela CPL após o resultado final da habilitação.

Local: Sala de Licitações da BHTRANS
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio I, Buritis
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante
CNPJ**

2.3.1.1 – A protocolização dos envelopes fora do prazo estabelecido determinará o impedimento da participação da empresa interessada no certame.

2.3.2 – Não serão aceitos documentos ou propostas enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 2.3.3.

2.3.3 – Os envelopes de Documentação e de Propostas, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados para a licitação se derem entrada no Protocolo da CPL até a data e hora definidas no subitem 2.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

2.3.3.1 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes de Documentação e Proposta Comercial encaminhados na forma descrita no subitem 2.3.3, entregues em local diverso da CPL e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste Edital.

2.3.4 – A sessão de abertura dos ENVELOPES n.º 01 – Documentos para Habilitação – está prevista para o **dia 21/06/2012, às 10 horas**, na Sala de Licitações, no endereço acima definido, em sessão pública, sendo processada pela Comissão Permanente de Licitação.

2.4 – REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS LICITANTES

2.4.1 – As LICITANTES poderão indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a posteriori, por sua representada.

2.4.2 – O instrumento que comprovará a representatividade da LICITANTE será:





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo V, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da empresa LICITANTE, deverá apresentar, juntamente com a Carta de Credenciamento, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para, isoladamente ou em conjunto, exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento, é obrigatório o reconhecimento da(s) firma(s) do(s) respectivo(s) outorgante(s) por cartório competente, bem como a apresentação da documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social etc.).

2.4.4 – No caso previsto na alínea “b” do subitem 2.4.2, quando tratar-se de empresa individual ou sócio com poderes para representar a empresa isoladamente, torna-se dispensável a apresentação de Carta de Credenciamento.

2.4.5 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

2.4.6 – Nas sessões públicas, somente será admitida a participação efetiva de um único representante de cada LICITANTE durante os trabalhos.

2.4.7 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 2.4.2, a LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão de Licitação, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo a situação até que esta necessidade seja atendida, sendo-lhe resguardado o direito de assistir à sessão pública.

2.4.8 – Os documentos indicados no item 2.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura.

CAPÍTULO 3 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O **ENVELOPE N.º 01**, ao ser entregue, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

3.1 – CADASTRO NO SUCAF

3.1.1 – Comprovante de cadastro no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e os documentos relacionados nos itens **3.4 e 3.5.2 a 3.8**.

3.1.1.1 – O Cadastro no **SUCAF** deverá comprovar atividade pertinente ao objeto da presente licitação para os **Códigos do SUCAF: 02.25 – Pavimentação Asfáltica e/ou 02.26 – Pavimentação em Concreto e Intertravados e/ou 02.27 – Pavimentação Poliédrlica/em Paralelepípedo/Similares**.

3.1.1.2 – Na data de entrega dos envelopes, a CPL fará consulta à base de dados do SUCAF, relativamente à situação das LICITANTES, para emissão do documento **SITUAÇÃO DO FORNECEDOR**, que deverá comprovar a regularidade dos documentos habilitatórios junto aos órgãos pertinentes, incluindo o CRC – Certificado de Registro Cadastral.

3.1.1.3 – A LICITANTE cadastrada, com algum documento em situação irregular junto ao SUCAF, incluindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, deverá incluir, previamente, no Envelope n.º 01, documento substituto que comprove, na data de protocolização dos envelopes, a regularidade do documento indicado na consulta como irregular, sob pena de inabilitação.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.1.1.4 – A CPL não aceitará Recibo de Protocolo de Documentos, em substituição ao Cadastro no SUCAF.

3.1.1.5 – As LICITANTES que não possuem o cadastro no SUCAF, conforme subitens 3.1.1 e 3.1.1.1, poderão participar da licitação desde que apresentem toda a documentação relacionada nos itens 3.2 a 3.8.

3.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.2.2 – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

3.2.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

3.3.1.1 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.3.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

3.3.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

3.3.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.4 – CAPACITAÇÃO E IDONEIDADE TÉCNICA

3.4.1 – Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome da LICITANTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove(m) que a LICITANTE tenha executado, no mínimo, os seguintes serviços:

- a) 12.000 m² (doze mil metros quadrados) de demarcação de pavimento com tinta retrorrefletorizada à base de resina acrílica;
- b) 600 m² (seiscentos metros quadrados) de demarcação de pavimentos com material laminado elastoplástico retrorrefletivo;
- c) 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados) de demarcação de pavimento com material plástico a frio multicomponente, a base de resinas metacrílicas por extrusão;
- d) 60 m² (sessenta metros quadrados) de fornecimento e implantação de placas de sinalização em aço totalmente refletivas, incluindo acessórios de fixação;
- e) 2.850 (dois mil, oitocentos e cinquenta) unidades de delimitador físico e/ou meio-fio de concreto;
- f) 2.100 m² (dois mil e cem metros quadrados) de passeio de concreto e/ou recuperação de calçada;
- g) 480 (quatrocentos e oitenta) toneladas de concreto betuminoso usinado à quente.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.4.1.1 – Os atestados poderão ter seus quantitativos somados, caso os serviços neles referidos tenham sido executados em datas concomitantes.

3.4.1.2 – Em se tratando de Atestado(s) emitido(s) em nome do Responsável Técnico, deverá ser feita a comprovação do vínculo do profissional Responsável Técnico com a empresa LICITANTE. Esta comprovação poderá ser feita através de cópia da Ficha de Registro do empregado, da CTPS, do Contrato de prestação de serviços ou documento equivalente.

3.4.1.2.1 – Nos termos do § 10 do art. 30 da Lei nº 8.666/93, os profissionais indicados pela LICITANTE para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela BHTRANS.

3.4.1.3 – O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do emitente

3.4.2 – Declaração de Disponibilidade, comprovando que a LICITANTE, caso seja contratada, possuirá instalações, equipamentos e equipe adequados para prestação dos serviços, com escritório em Belo Horizonte ou região metropolitana, ainda que não seja sediada nesta Capital, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, conforme modelo indicado no Anexo VI – Declaração de Disponibilidade.

3.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.5.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE (ver subitem 3.9.5).

3.5.2 – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Sociedades Anônimas: publicação do balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede da LICITANTE;
- b) Empresas com mais de 1 (um) ano de existência: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial ou Cartório;
- c) Empresas com menos de 1 (um) ano de existência: balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.
- d) Empresas sujeitas ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, também chamada de SPED-Contábil: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com o respectivo recibo de entrega de livro digital.

3.5.2.1 – O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado.

3.5.2.2 – Ocorrendo a atualização prevista no subitem 3.5.2, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente anexado ao balanço.

3.5.2.3 – Para a qualificação econômico-financeira da LICITANTE, os índices de LC, LG e SG, apurados no Anexo VII – Análise Contábil e Financeira, deverão apresentar resultado iguais ou maiores que 1 (um).

3.5.3 – Além dos índices apurados no Anexo VII, a LICITANTE deverá comprovar possuir PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de R\$ 437.693,56 (quatrocentos e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos) correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado desta licitação, devendo a comprovação ser feita através do balanço patrimonial exigido no subitem 3.5.2.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

3.6 – DECLARAÇÃO expressa de que a LICITANTE não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99 e declaração de não possuir superveniência de fato impeditivo de habilitação, assinada pelo representante legal da LICITANTE, conforme modelo constante no Anexo VIII.

3.7 – DECLARAÇÃO prevista no Anexo IX – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assinada pelo representante legal da LICITANTE, quando couber.

3.8 – DECLARAÇÃO de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo previsto no Anexo X.

3.9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

3.9.1 – O comprovante de cadastro emitido pelo SUCAF e as Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.

3.9.1.1 – A CPL efetuará consulta aos *sites* dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

3.9.2 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

3.9.3 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

3.9.4 – Com fundamento nos termos do art. 32, §4º, da Lei n.º 8.666/93, as empresas estrangeiras que não funcionem no País atenderão às exigências deste Capítulo, tanto quanto possível, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado. Deverão, ainda, ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e juridicamente. Tais poderes deverão abranger autorização legal para representar a LICITANTE em todas as etapas da licitação, inclusive de impetrar e desistir de recursos e com poderes legais para assinar Contrato. A expressão “tanto quanto possível” significa que a empresa estrangeira deverá apresentar a documentação mínima exigida da empresa nacional, tais como: regularidade jurídica, comprovação de aptidão para execução do objeto licitado.

3.9.5 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

3.9.6 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e nos artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 13.791/2009, observando as disposições seguintes.

3.9.6.1 – A ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

3.9.6.2 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada proponente da melhor proposta, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.9.6.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

3.9.6.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.





3.9.6.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.9.6.2, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação.

3.9.7 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

CAPÍTULO 4 PROPOSTA COMERCIAL

4.1 – A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no **ENVELOPE n.º 02**, de acordo com o **Modelo de Proposta Comercial – Anexo XII**, em 1 (uma) via, contendo a identificação da LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

- a) Preços unitário e total de cada item grafado numericamente;
- b) Preço global grafado(s) numericamente e por extenso;
- c) Prazo de validade da proposta que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação ao Protocolo da CPL – BHTRANS;
- d) Declaração de que a LICITANTE conhece e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.1.2 – As propostas que omitirem o prazo previsto na alínea “c” do item 4.1 serão entendidas como válidas pelo prazo indicado na respectiva alínea.

4.2 – No ENVELOPE N.º 02 da Proposta Comercial deverão ser apresentados, ainda:

4.2.1 – Documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista nos subitens 2.4.2 ou 3.2.

4.2.1.1 – A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

4.2.2 – Planilha de Composição de Custos detalhada para cada item do Modelo de Proposta Comercial – Anexo XII, pormenorizando e detalhando todos os custos que compõem o preço de cada item. Deverão ser discriminados separadamente os custos de materiais, de ferramentas, de equipamentos, de encargos sociais, da mão-de-obra e outros, podendo ser baseado em coeficientes de produtividade, além do valor correspondente da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI (incluindo rateio com a administração central, custo financeiro, taxa de risco, impostos, lucro, etc.).

4.2.2.1 – A incorreta ou não apresentação da exigência disposta no subitem 4.2.2 implicará na desclassificação da proposta da LICITANTE.

4.3 – Os preços deverão ser expressos em Real (R\$), inclusive os unitários, com 2 (duas) casas decimais, devendo neles estar incluídos todos os impostos, taxas, transportes, material, mão-de-obra e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirão a única remuneração pela prestação de serviços licitada.

4.4 – A proposta comercial poderá ser apresentada conforme o modelo apresentado no Anexo XII ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas.

4.5 – A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado neste Edital e seus Anexos. Não será admitida proposta incompleta.

4.6 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

4.7 – A apresentação da Proposta Comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Edital e todos os seus Anexos, nos quais estão detalhadas todas as informações e/ou condições para a prestação de serviços licitada.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

5.1 – A licitação será processada em 2 (duas) fases:

- a) 1ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 01, contendo os Documentos de Habilitação;
- b) 2ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 02, contendo as Propostas Comerciais das proponentes habilitadas.

5.2 – A abertura dos ENVELOPES N.º 01 – Documentos para a Habilitação será feita no dia, local e hora indicados no subitem 2.3.4 deste Edital, em sessão pública, dirigida pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

5.3 – A CPL poderá analisar a documentação e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

5.4 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**, ficando os envelopes de Proposta Comercial sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.5 – A inabilitação da LICITANTE importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.6 – Os envelopes de Proposta Comercial serão abertos:

- a) na mesma sessão de abertura dos Envelopes N.º 01 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**; ou
- c) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**.

5.7 – Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes de Proposta Comercial, não caberá desclassificação por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.8 – A abertura dos envelopes de Documentação e Proposta Comercial será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

5.8.1 – Toda a documentação e as propostas serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes à sessão.

5.8.2 – Caso algum representante presente à sessão queira consignar as suas manifestações, ele receberá uma folha em branco para registrá-las de próprio punho, sendo que este documento será anexado a ata.

5.8.3 – A eventual recusa de algum representante em assinar a ata ou a documentação / proposta não será motivo de sua invalidação, mantido o disposto no item 5.8.2 supra.

5.9 – Serão devolvidos, após vencido o prazo recursal, mediante recibo próprio, inviolados, os Envelopes de N.º 02 – Propostas Comerciais, às LICITANTES inabilitadas.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

5.10 – A CPL poderá, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.11 – Os envelopes de propostas das LICITANTES inabilitadas estarão disponíveis para devolução às interessadas (*inciso II do art. 43 da Lei 8666/93*) pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da decisão final do certame no DOM (*Ato de homologação, revogação ou anulação*).

5.11.1 – Encerrado esse prazo, as propostas não retiradas serão consideradas inservíveis e inutilizadas pela CPL.

CAPÍTULO 6 EXAME DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – O exame da documentação e o julgamento das propostas serão feitos nos estritos limites da Lei Federal n.º 8.666/93, suas posteriores modificações e Lei Complementar n.º 123/06 e Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.2 – JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2.1 – Serão consideradas inabilitadas as LICITANTES que tenham descumprido quaisquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus Anexos, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e nos artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.2.2 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento dos Documentos para Habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.2.3 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter os Atestados de Capacidade Técnica (item 3.4) à apreciação/análise da Gerência de Sinalização – GESIN da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.2.4 – Considera-se vencida a fase de habilitação:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

6.3 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.3.1 – O julgamento desta licitação será efetuado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o disposto no § 1º do art. 44 c/c o art. 45 da Lei Complementar n.º 123/06, devendo ser considerada vencedora a LICITANTE que, atendendo às exigências e condições deste Edital e seus Anexos, oferecer a proposta mais vantajosa para a BHTRANS.

6.3.2 – O valor global médio estimado para esta licitação é de R\$ 4.376.935,60 (quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

6.3.3 – Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e no art. 5º, § 1º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

6.3.3.1 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.3.3.1.1 – Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.2 – Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará correspondência à LICITANTE, podendo ser inclusive por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.3 – Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

6.3.3.1.4 – Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem 6.3.3, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

6.3.3.1.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

6.3.3.1.6 – Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

6.3.3.1.7 – Será classificado em primeiro lugar a LICITANTE que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

6.3.3.1.8 – Após executar o procedimento de preferência descrito nos subitens acima, caso ocorra a inabilitação ou desclassificação da LICITANTE melhor classificada, será verificado a ocorrência de nova situação de empate ficto entre as LICITANTES remanescentes, assegurando a preferência da contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

6.3.4 – Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação, com os seguintes critérios:

6.3.4.1 – Prevalecerão os preços unitários, corrigindo-se os demais valores, conforme a divergência apurada.

6.3.4.2 – Serão desconsiderados valores apresentados a partir da terceira casa decimal.

6.3.4.3 – Prevalecerá, para efeito de julgamento, o valor global apurado após a correção.

6.3.4.4 – A correção efetuada constará na ata de julgamento, podendo ser objeto de diligência, se necessário.

6.3.5 – Ocorrendo divergência ou dúvida entre os preços grafados numericamente e as indicações por extenso, prevalecerão estas últimas.

6.3.6 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.3.7 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, caso julgue necessário, submeter as Propostas Comerciais à apreciação/análise da Gerência de Sinalização – GESIN da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

6.3.8 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual as LICITANTES serão convocadas.

6.3.9 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do prazo de validade das propostas, e caso persista o interesse da BHTRANS, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as LICITANTES classificadas.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

6.3.10 – SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

- a) não atenda aos requisitos deste Instrumento Convocatório;
- b) não se refira à integralidade do objeto;
- c) tenha inobservado o presente Edital, esteja incompleta ou apresente emendas, rasuras ou entrelinhas ou, ainda, linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- d) tenha sido baseada em outra proposta;
- e) não atenda às exigências estabelecidas em diligências ou neste Edital;
- f) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da LICITANTE, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados (excessivos) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 § 3º e art. 48, II, § 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3.10.1 – Serão considerados preços inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do Contrato.

6.3.10.2 – Se a CPL entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que a LICITANTE demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

6.3.10.2.1 – A não apresentação da documentação mencionada no subitem anterior, no prazo determinado pela CPL, resultará na desclassificação da proposta da LICITANTE e incorrerá em penalidades conforme previsto no Capítulo 12 deste Edital.

6.4 – Quando todas as LICITANTES forem consideradas inabilitadas ou desclassificadas, a CPL poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram tal inabilitação ou desclassificação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual as LICITANTES serão convocadas através de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no site da BHTRANS.

6.6 – A BHTRANS se reserva o direito de solicitar ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos, mediante despacho fundamentado, as necessárias providências para:

- a) REVOGAR a licitação, em razão de interesse público;
- b) ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso;
- c) HOMOLOGAR a licitação, sem prejuízo da redução superveniente das quantidades a serem contratadas.

**CAPÍTULO 7
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, para homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto à LICITANTE classificada em primeiro lugar.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

CAPÍTULO 8 CONTRATAÇÃO E GARANTIA

8.1 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a LICITANTE, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, será convocada pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato competente.

8.2 – Para a contratação a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à GECOL da BHTRANS os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;
- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou Contrato social;
- c) **Comprovação do CADASTRO com situação regular junto ao SUCAF, de acordo com os Códigos do SUCAF: 02.25 – Pavimentação Asfáltica e/ou 02.26 – Pavimentação em Concreto e Intertravados e/ou 02.27 – Pavimentação Poliédrica/em Paralelepípedo/Similares.**
- d) **Prestação da garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global indicado na sua proposta, na forma da Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo XIV.**

d.1) Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida em conta a ser indicada pela BHTRANS.

8.2.1 – Para atendimento à alínea “c” do subitem anterior, a ADJUDICATÁRIA deverá requerer seu cadastramento diretamente ao SUCAF, no seguinte endereço:

Endereço: Av. do Contorno, n.º 5.454, Funcionários, BH/MG
Telefone: 0 xx 31 3277 – 8186
Site: www.pbh.gov.br/sucaf

8.3 – A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para a assinatura do Contrato, ou ainda, o descumprimento do disposto nas alíneas “c” e “d” do item 8.2, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor global proposto, além de outras sanções legais cabíveis.

8.4 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinar o Contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação, caso não haja interesse da BHTRANS na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.5 – O disposto no item 8.3 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para a assinar o Contrato, nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de assiná-lo.

CAPÍTULO 9 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei e outras definidas na Minuta de Contrato – Anexo XIV, obriga-se a CONTRATADA a:

9.1.1 – Assegurar a boa qualidade do serviço prestado.

9.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta licitação.





9.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas na Minuta de Contrato – Anexo XIV.

CAPÍTULO 10 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO

10.1 – CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

As condições de apresentação do faturamento, do pagamento e do reajustamento de preço estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XIV.

10.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação serão providas por recursos indicados na Funcional Programática n.º 26.452.230.1337, Natureza de Despesa 449051-4, Fonte 04.00, Unidade Orçamentária 2905 e Unidade Administrativa 0001 do Fundo de Transporte Urbano – FTU.

CAPÍTULO 11 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

11.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer LICITANTE poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que o viciaram.

11.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;
- b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail da empresa impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- c) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 33.140-560, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.1.3 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnação encaminhada por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregue em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 11.1.2 e que, por isso, não seja protocolizada no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

11.1.4 – Não será considerada impugnação enviada por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

11.1.5 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

11.1.6 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail e será divulgada no *site* da BHTRANS para conhecimento de todos os interessados.

11.1.7 – Nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.2.1 – A LICITANTE poderá apresentar recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

11.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais LICITANTES por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**, que poderão impugná-lo no prazo legal.

11.2.3 – O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação dos resultados no DOM – Diário Oficial do Município;
- b) ser dirigido Secretário Municipal de Serviços Urbanos, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- c) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- d) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 33.140-560, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

11.2.4 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por recursos e contrarrazões encaminhados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregues em locais diversos do mencionado na alínea “d” do subitem 11.2.3 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

11.2.5 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

11.2.6 – Os prazos de recurso poderão ser dispensados, caso haja concordância absoluta das LICITANTES, devendo o fato ser registrado em Ata.

11.2.7 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.8 – O recurso será julgado nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.9 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da **BHTRANS**.

CAPÍTULO 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades e os percentuais das multas decorrentes do descumprimento contratual estão indicados na Minuta de Contrato – Anexo XIV.

CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se às LICITANTES formular consultas à Comissão, por escrito ([através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br](mailto:bhtrans.cpl@pbh.gov.br) ou via fax: (0xx31) 3379-5590), até o 2º (segundo) dia útil anterior à data limite prevista para a entrega das propostas.

13.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no DOM – Diário Oficial do Município e disponibilizadas no *site* da **BHTRANS**.

13.2 – A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da LICITANTE ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

penais cabíveis.

13.3 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas LICITANTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

13.4 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões ou erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência junto às LICITANTES, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4.1 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

13.4.2 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da LICITANTE ou a desclassificação da proposta.

13.5 – A participação da LICITANTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a BHTRANS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

13.7 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.8 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

13.9 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Contrato, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a empresa ADJUDICATÁRIA alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

13.10 – Para atender a seus interesses, a BHTRANS reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.11 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.

13.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2012.

Pier Giorgio Senesi Filho
Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH
Fundo de Transporte Urbano – FTU

